

Memória, História do Nacionalismo: território, povo e cultura – Nelson

Werneck Sodré e a criação da Petrobrás

Luitgarde Oliveira Cavalcante Barros*

Resumo: O conceito de nacionalismo em Nelson Werneck Sodré se estrutura nas concepções de território, povo e cultura como elementos constitutivos da nação. Neste tipo de enfoque, a identidade nacional só se concretiza enquanto articulação de um povo em defesa de sua soberania territorial (propriedade da terra e dos recursos naturais), política e sócio-econômico-cultural. Enfoque neste trabalho o papel de Nelson Werneck Sodré, membro da diretoria do Clube Militar atuando, através da Revista do Clube Militar, no intenso processo de luta em defesa do monopólio estatal do petróleo no Brasil, que resulta na fundação da Petrobrás. Enquanto intelectual e militar, Sodré vive o processo com intensa produção cultural, enfrentando o drástico conflito da divisão que marca o período, pela disputa de concepções ideológicas.

Palavras-chave: Nacionalismo, Petrobrás, Nelson Werneck Sodré.

Abstract

Memory and history of nationalism: territory, people and culture – Nelson Werneck Sodré and the creation of Petrobras.

Nelson Werneck's nationalism concept is based on conceptions of territory, people and culture as nation's building elements. Based on that point of view, national identity is only concretized as a people articulation for defense of territorial (property of the land and the natural resources), politics and social-economic-cultural sovereignty. In this work I focus the paper of Nelson Werneck Sodré, member of the direction board of the Military Club acting, through the Magazine of the Military Club, in the intense process of fight in defense of the state monopoly of the oil in Brazil, that results in the foundation of Petrobras. As intellectual and military, Sodré lives the process with intense cultural production, facing the drastic conflict of the division that marks the period, for the dispute of ideological conceptions.

Key words: nationalism; Petrobras; Nelson werneck Sodré.

A história do petróleo no Brasil se remete às primeiras décadas do século XX, quando o jovem alagoano Octávio Brandão, estudante de Farmácia no Recife, auxiliar de pesquisa de seu tio – o historiador Alfredo Brandão, apaixonado pela natureza, inicia estudos de ecologia, que redundariam no livro *Canais e Lagoas*. Fazendo conferências em Maceió, disserta sobre condições geológicas indicadoras de presença de petróleo, enquanto cantava poeticamente as belezas da zona da mata e do litoral alagoanos. Um desses saraus lítero-

* Antropóloga – Doutora em Ciências Sociais

Professora de graduação e pós-graduação – IFCH, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

musicais aconteceu em 1916 na sede da Sociedade Perseverança, em Maceió, quando despertou o interesse da sociedade alagoana sobre a existência de petróleo em Riacho Doce.

Nesse tempo se guarda a memória de misterioso assassinato de um homem que detectara emanções de gás em Maceió, tentando alardear o fenômeno como prova da existência de petróleo em Alagoas. Posteriormente emigrando, na década de vinte, do Anarquismo para a filiação ao recém-criado partido comunista em 1924, Brandão será banido do país por Vargas em 1931, radicando-se na União Soviética até 1946, quando volta, na chamada redemocratização do pós guerra, para ser eleito vereador pelo PCB do Rio de Janeiro, seureduto eleitoral na República Velha. Ocupara o cargo de intendente até 1929, quando representara a candidatura do marmorista Minervino de Oliveira, numa campanha de oposição a Vargas e a Júlio Prestes.

Durante sua ausência o discurso sobre a existência de petróleo no Brasil fora a tarefa eficientemente desenvolvida por Monteiro Lobato, prestigiado intelectual paulista.

O movimento de 30, comprometido com a modernização do país, enfrentando a necessidade de fontes de energia para a industrialização, encampa a preocupação com os recursos petrolíferos por ventura existentes no Brasil. Em 1934 o governo Vargas promulga uma legislação nacionalista, abolindo a propriedade privada de todoo subsolo do Estado Brasileiro, como preservação dos recursos naturais do país. Essa desapropriação é referendada na Constituição de 1934, que só permite a exploração dos recursos naturais do subsolo brasileiro a partir de permissão ou concessão do Governo Federal.

Na campanha pela afirmação da existência de petróleo no Brasil, Oscar Cordeiro pesquisa o então chamado *ouro negro* encontrando-o em Lobato, Bahia.

Com novos dispositivos da Constituição de 1937 foi estabelecida, em 1938 uma legislação especial sobre o petróleo: as jazidas foram declaradas propriedade inalienável e imprescindível da União Federal. Seu aproveitamento só seria admissível pelo Governo ou mediante autorizações ou concessões dadas exclusivamente a brasileiros natos ou a empresas brasileiras cujos sócios fossem todos brasileiros natos. (MIRANDA, 2004: 34)

Através do Decreto-Lei 395, de 29.4.1938, o Governo Federal estabelece preços máximos e mínimos para a venda de produtos do petróleo, como combate ao Dumping e cria Conselho Nacional do Petróleo, cuja presidência foi entregue ao general Júlio Caetano Horta Barbosa. Declarando o Recôncavo Bahiano “área de reserva federal”, o Conselho se inicia as pesquisas nomeando técnico brasileiros que serão capacitados no exterior (Argentina e

Uruguai). Desta equipe, destaca-se o engenheiro Fernando Luis Lobo Carneiro, co-fundador e presidente da Comissão de Estudos dos Centros de Estudos e Defesa do Petróleo, entidade nitidamente conduzida pela ideologia nacionalista.

Com a descoberta no Recôncavo, dos campos de Itaparica Candeias e D. João, e o de gás natural de Aratu, iniciam-se as pressões das grandes petrolíferas internacionais, principalmente da Standart Oil, para a entrada na exploração do petróleo brasileiro. O general Horta Barbosa com sua equipe inicia, junto ao governo Vargas, gestões pelo “estabelecimento do monopólio estatal para todas as fases na indústria do petróleo.” (MIRANDA, 2004:36)

As potências se armavam para o confronto que eclodiria em 1939, conhecido como a Segunda Guerra Mundial, o que explica as pressões para a apropriação de fontes energéticas, das quais o petróleo era mais cobiçado. Uma das formas de pressão foram os ataques aos técnicos do Conselho Nacional do Petróleo, acusados de incompetentes. Manifesta-se contrariamente a essa campanha, em 1938, o diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, afirmando não precisar “de técnicos estrangeiros para estudos geológicos de pesquisa de petróleo, pois experimentado o corpo de geólogos do DNPM seria o núcleo de irradiação e ampliação da técnica nacional.” (MIRANDA, 2004: 35)

A visita de Roosevelt ao Brasil assinala a presença explícita do governo americano pressionando o país que pela força das correntes anti-nazistas do Brasil, principalmente depois dos bombardeios dos navios brasileiros pelos alemães, entra na guerra com os aliados. As correntes internacionalistas, que defendiam a exploração do petróleo pelas empresas e capitais estrangeiros, forçam a renúncia do general Horta Barbosa. Aceita por Vargas essa defecção, desvia-se o Conselho Nacional do Petróleo da orientação nacionalista.

A deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, determinou a promulgação de nova Constituição em 1946, na incrementação da guerra fria com os Estados Unidos submetendo a economia e a política da América Latina aos interesses de suas grandes corporações, como a Standart Oil que através de seu agente Paul Schoppel, tenta modificar a lei de 1938, sendo denunciado pelo deputado Artur Bernardes.

O governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) se caracterizará por intensa repressão ao nacionalistas, cassação do Partido Comunista em 1948, dilapidação das divisas acumuladas pelo Brasil no período da guerra, compra fraudulenta de sucata de ferrovia da Inglaterra como forma deste país saldar dívidas contraídas com o Brasil e intenso

processo de desarticulação das medidas nacionalistas de propriedade de petróleo. Nomeando uma Comissão dentro do Conselho Nacional do Petróleo, determina a elaboração do Anteprojeto do Estatuto do Petróleo, é encaminhado ao Congresso em fevereiro de 1948. Para a elaboração desse Anteprojeto e do relatório da Comissão, o Presidente da República nomeou dos técnicos norte-americanos como assessores do governo: Arthur A. Curtice e Herbet Hoover, recomendados por Paul Schoppel anteriormente denunciado por Artur Bernardes.

No encaminhamento do parecer e do Anteprojeto a Dutra, o Ministro da Agricultura – Daniel de Carvalho escreve:

Ao mesmo tempo entrava a examinar mais demoradamente todas as questões em torno do combustível, desde a sua pesquisa até a sua distribuição, na verdade dos seus aspectos técnicos, administrativos e políticos, tarefa a que também se entregaram, por determinação de V. excia., os consultores norte-americanos Herbet Hoover Junior e Arthur A. Curtice que apresentaram contribuições de valor para o confronto das opiniões. (MIRANDA, 2004:37)

A ameaça de revisão das leis de defesa do petróleo no Brasil se abate sobre todos os brasileiros envolvidos com as questões de autonomia política econômica, tecnológica, enfim, com a divulgada soberania nacional.

O mundo intelectual se viu, profundamente dividido entre os chamados autores conservadores e progressistas, isto é, entre os que defendiam a persistência das estruturas sociais extremamente desiguais e excludentes, e os que desejavam e planejavam, através da educação, um Brasil mais igual e mais justo, no pós guerra eram premiados ou punidos no clima da Guerra Fria no governo títere do General Dutra. Como continuidade do Estado Novo, do qual fora a chefe da repressão – Ministro da Guerra, o presidente eleito, servindo às determinações do Departamento de Estado Norte Americano, instaura clima de terror nas instâncias civis e militares, para garantir suas políticas anti-nacionais, denominadas pelos militares nacionalistas, como entreguistas.

Seu governo atrabiliário, principalmente a partir das medidas que estabelecia entrega do petróleo aos grandes trustes internacionais, deflagrou, todos os setores e camadas sociais, o movimento que dividiu o país, unindo de um lado civis e militares que acreditavam na autonomia econômica e política como única condição de soberania nacional. Em torno do governo se organizaram os “internacionalistas”, descrentes da capacidade brasileira de gerir

seus recursos naturais, lutando pela entrega do país à administração das grandes empresas estrangeiras.

Nessa conflagração, enquanto no primeiro momento setores e docentes da jovem universidade, se reuniram na União Nacional dos Estudantes – UNE, para enfrentar a avassaladora campanha, financiada com derrame de dólares para corromper as consciências, principalmente da cúpula governamental e da imprensa, os militares constituíram o Clube Militar como Locus, barricada em “defesa da soberania nacional.”

Nelson Werneck Sodré e o Nacionalismo

Memorialista, crítico literário, historiador, esse intelectual produziu, em todas as áreas das Ciências Humanas, profundas e lúcidas reflexões sobre a condição humana, principalmente a partir das condições de existência da humanidade, isto é, dos fatores historicamente balizadores das condições de luta e sobrevivência de cada geração de homens e mulheres. Dialogando com seus contemporâneos, o adolescente que entra no Colégio Militar aos treze anos de idade em 1924, já se interessa pelo enunciado de suas idéias, tornando-se diretor da revista do Colégio – A Aspiração. Concluídos os estudos iniciais, ingressa na Escola do Realengo onde passa a dirigir a Revista da Escola Militar. Aos dezoito anos é premiado pela revista O Cruzeiro, em 1929, com a publicação do conto Satânia, iniciando-se na carreira de jornalista em 1934 quando se torna colaborador do Correio Paulistano, publicando coluna de crítica literária, durante 25 anos.

Em 1937 Sodré transita em dois mundos, o civil e o militar, quando passa a freqüentar o grupo Itatiaia, reunido na livraria José Olímpio, convivendo com intelectuais já marcados pela divisão ideológica das concepções do Brasil, como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Samuel Weiner, etc.

No mundo militar também se alinhará a correntes de pensadores, como general Horta Barbosa cuja concepção de soberania nacional exige autonomia política, econômica e administrativa, domínio sobre todo o território, cabendo às forças armadas o papel de defesa intransigente e incondicional dessas condições para o Estado Brasileiro.

Continuando a prática de diálogo de idéias, publicará artigos na Revista do Clube Militar, principalmente em datas simbólicas da Nação, para divulgar suas concepções de mundo.

As turbulências do período Dutra em 1948, vão encontra-lo como Professor de História Militar na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, no posto de Major. Declarando suas posições entre as forças militares divididas, em set/out de 1948, nas páginas 16 a 18 da Revista do Clube Militar escreve sobre o sete de setembro o artigo “O Processo da Independência”, afirmando:

...patriotismo e nacionalismo constituem mais do que gestos e palavras, uma conduta de todos os dias, uma norma de vida, um ideal que se não alcança com o afirmar e proclamar, mas com o entendimento, o esforço, a continuidade, a perseverança, em manter, em melhorar, em aumentar aquilo que nos foi oferecido. Assim, a cada geração que passa cumpre uma parte da tarefa de trabalhar pelo país, para que o processo, de que a data foi apenas um instante, continue a sua evolução e possamos, o mais cedo possível conferir a máxima significação à autonomia ... só é independente aquele povo cuja estrutura econômica lhe permite ter uma existência política própria e autônoma, condizente com as suas necessidades, as suas peculiaridades e os seus ideais.(grifos da autora)

A entrega do Estatuto do Petróleo para a votação no Congresso mobiliza politicamente as duas correntes em torno da questão do petróleo. Estabelecendo-se alianças civis-militares entre nacionalistas antagonicamente a alianças civis-militares internacionalistas, desencadeia-se o maior movimento social, congregando de um lado todas as forças governistas e de outro a sociedade civil organizada (sindicatos, clubes literários e profissionais, UNE, Universidades, partidos políticos), à qual aderiram populares, em todo Brasil, ao lado de oficiais de todas as patentes, de cabos e sargentos.

Sob a sigla criada pela UNE- “O Petróleo é Nosso”, a população brasileira enfrentou feroz repressão do governo, com prisões de altos oficiais, professores e jornalistas, tortura e morte de militares de baixa patente, sindicalistas, estudantes e todos que defendessem “o monopólio estatal do petróleo”.

O mais importante registro desse momento histórico é o livro “O Petróleo é Nosso – a luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal”, da ativista da campanha – Maria Augusta Tibiriçá Miranda.

Envolvido na campanha, vamos encontrar Nelson Werneck Sodré em 1950 na luta pela chapa da diretoria do Clube Militar composta pelos generais Estilac Leal/Horta Barbosa. Em debates violentos, no auge da Guerra Fria, seus membros são acusados de comunistas. À questão do petróleo se acrescentara a pressão dos Estados Unidos pela votação de um acordo militar com o Brasil que, na concepção dos nacionalistas civis e militares submeteria totalmente o Brasil ao domínio Norte-Americano, com o envio, inclusive, de

tropas para a Coréia, atacando um povo que, no discurso de Horta Barbosa, não fizera qualquer gesto de agressão ao Brasil.

Na chapa Sodré tem o cargo Diretor do Departamento Cultural, responsável pela Revista do Clube Militar, à qual imprimirá orientação nacionalista e antibelicista. Em oposição a essa chapa, se movimentaram governo, empresários e setores das forças armadas, considerados por seus colegas militares e civis nacionalistas traidores dos deveres militares, entreguistas, torturadores e inimigos do povo brasileiro.

As pressões sobre o Congresso e o clamor das ruas derrotaram o projeto de Dutra, enquanto os militares elegeram a chapa nacionalista para o Clube Militar, no Biênio 1950-1952.

A derrota da UDN de Juarez Távora expoente, com Cordeiro de Farias e Eduardo Gomes, das correntes internacionalistas, e a vitória de Vargas nas eleições, não impedem que se abatam sobre os nacionalistas das forças armadas perseguições violentas. Transferido para Cruz Alta no Rio Grande do Sul em 1951, Sodré continua intensa campanha em favor do monopólio estatal do petróleo com a criação da Petrobrás.

A posse de Vargas manipulador das forças em oposição, pressionado pela Guerra Fria, estabelece o governo ambíguo nomeando Ministro da Guerra o General Estillac Leal que enfraquecido, assistiu à transferência e perseguição de seus aliados no Clube Militar. Em agosto de 1951 instaura-se uma Comissão para julgar os militares nacionalistas, proibindo-os de publicar artigos sobre petróleo na Revista do Clube Militar, contra o que protesta o presidente em exercício, General Artur Carnaúba, em manifesto de 27 de agosto de 1951.

Em Cruz Alta, Sodré é submetido a arguição por escrito sobre sua participação na Revista do Clube Militar, com artigos sobre o petróleo e outras questões nacionais. Inquirido sobre a sinceridade de seu nacionalismo, com a mais completa liberdade econômica e política para o Brasil, sem tutela de direita ou esquerda, responde de próprio punho: “Sim – e de acordo com o pensamento do Presidente da República e Chefe das Forças Armadas em seu discurso de sete de setembro de 1951, definindo o imperialismo como o nosso inimigo externo”.

Instado a se declarar não ser adepto de nenhum credo político de esquerda ou de direita, afirma ainda por escrito: “Declaro – e declaro mais que, a campanha que procura confundir a defesa do Brasil com esse tema é impatriótica e paga por estrangeiros e que o Clube Militar, conforme programa constante do discurso de posse de seu presidente, o Exmo. Sr. Gen. Estillac Leal é a sentinela do Brasil”.

Proibição de manifestações de militares sobre a questão do petróleo não impede a continuidade da luta.

Em doze dezembro de 1951 Vargas envia à Câmara Federal o Projeto número 1.516/1951 para ser discutido em 15 de janeiro de 1952. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional considera-o um projeto entreguista, para beneficiar a Standard Oil em franca oposição ao que afirmara Vargas já em campanha em 1948, sua total determinação de estabelecer o monopólio estatal. Também o projeto de criação da PETROBRÁS, enviado à Câmara em 12 de dezembro de 1951 anulava a Tese Horta Barbosa, de monopólio Estatal, sendo considerada entreguista. Nova mobilização civil-militar, inclusive com adeptos de Getúlio, derrotou o projeto que, inclusive, concedia refinarias a particulares, como os grupos Drault Ernani (Rio de Janeiro) e Soares Sampaio (São Paulo).

As lutas se prolongaram até 1953, quando é vitorioso no Congresso, quase em sua integralidade, o Projeto da PETROBRÁS como executora do monopólio estatal do petróleo, exceto a distribuição dos produtos, que ficou para os interesses privados, principalmente os estrangeiros.

A campanha *O Petróleo é Nosso* modificou importantes segmentos da sociedade em torno de um projeto de Brasil constituindo um nacionalismo, uma idéia de nação assim definida por Nelson Werneck Sodré.

Partimos, desde logo, de definição do que é nacional, para que não haja dúvidas: só é nacional o que é popular. A nação para nós, é o povo e não apenas o território. Ela foi construída, em processo histórico, isto é, pela acumulação, ano a ano, século a século, de tudo aquilo que, em nós, representou trabalho e sacrifício, tudo aquilo que foi resultado do esforço coletivo, tudo aquilo que depois de quatro séculos aproximando-se do quinto, chegou a moldar a fisionomia atual do país: a sua grandeza geográfica, as suas tradições, o seu povo. (SODRÉ, 1998:88)

Referências Bibliográficas:

- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é Nosso – A luta Contra o “Entreguismo” pelo Monopólio Estatal*. 2 ed. São Paulo: IPSIS/PETROBRÁS/BR, 2004.
- SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e Política no Brasil Moderno*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “Tudo é Política.” In: FILHO, Ivan Alves (Orgs). *Tudo é Política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.